



CONTRATO Nº 025/2015
PROCESSO Nº. 003.546/2015
DISPENSA, ART. 24, IV

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

CONTRATO Nº 025/2015

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
MATEUS E A EMPRESA A L SENA
TRANSPORTES E LOCADORA
LTDA ME.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.167.477/0001-12, com sede na Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. **JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE ABREU**, nomeado pelo Decreto Municipal nº. 6.877/2013, e a empresa **A L SENA TRANSPORTES E LOCADORA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.217.245/0001-29, estabelecida na Travessa Mateus Corbiniano Coelho, nº 63, Sernamby, CEP 29930-735, Município de São mateus/ES, doravante denominado **CONTRATADA**, representada pelo Sócio-Administrador Aprigio Sena Neto, brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF nº. 214.215.957-53 e CI 44497 CTPS/ES, residente e domiciliado à Rua Horaldo Coelho, nº 238, Lago do Cysne, Município de São Mateus/ES, mediante Processo Administrativo nº. 003.546/2015, nos termos da Lei nº 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR**, para atendimento à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o descrito na(s) linha(s) abaixo identificada(s).

Item	Descrição	TOTAL KM/ dia	Valor	Valor Total	Dias Letivos
1.48	São Mateus, Paulista Laudencia, estrada nossa senhora de lourdes, comunidade divino espirito santo, São Mateus, Paulista, São Mateus. (AA)	120	3,04	10.994,00	30
VALOR TOTAL:				R\$ 10.944,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

Av. Jones dos Santos Neves, 70 – Centro – São Mateus/ES – Tel.: 3761-4850.



MUNICIPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a esta PMSM, conforme especificado abaixo:

0100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

900005 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

0455 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

2.170 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar com Recursos da União e do Estado.

33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

11080002 – CONVENIO EDUCAÇÃO – SEDU TRANSP. ESCOLAR

FICHA: 0000111

0100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

900005 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

12 – EDUCAÇÃO

361 – ENSINO FUNDAMENTAL

0455 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

2.086 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar e Aquisição de Veículos

33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

16040000 – ROYALTIES DO PETRÓLEO

FICHA: 0000107

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DO PREÇO A SER CONTRATADO

3.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$ 10.944,00 (dez mil, novecentos e quarenta e quatro reais)**, e nele deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, tributos diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à presente locação.

3.2 – A **CONTRATADA** será responsável pelo pagamento de todas as despesas com combustíveis, lubrificantes, manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, uniformes, crachás, planilhas de quilometragem, relatórios de bordo, identificação dos veículos e itinerários, tacógrafos, hodômetros, alimentação, seguro dos veículos e passageiros.

§1º - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.



MUNICIPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

§2º - Caso haja prorrogações dos prazos contratuais, os valores poderão ser reajustados por índices de mercado, desde que aplicáveis ao objeto e aceito pelo **CONTRATANTE**, como o IPCA ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado após a prestação de serviço, devendo a **CONTRATADA**, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor, por meio do Boletim de Medição, deverão ser pagas até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

4.2. Para efetivação do pagamento é obrigatório a apresentação das Certidões Negativas de Débito de INSS e FGTS, devidamente atualizados, (originais ou cópias autenticadas em cartório), CNDs Federal, Estadual e Municipal do município da sede da empresa **CONTRATADA**, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011, que deverão ser anexadas à(s) nota(s) fiscal(ais) atestada(s) pelo Secretário e gestor do contrato juntamente com o relatório de fiscalização.

4.3. O **CONTRATANTE** poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela **CONTRATADA**, em decorrência de inadimplemento contratual.

4.4. Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;

CLÁUSULA QUINTA

5. DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O presente contrato tem duração estimada de **30 (trinta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, ou até que se conclua a nova licitação do Transporte Escolar.

CLÁUSULA SEXTA

6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços serão prestados mensalmente conforme dados abaixo:



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

- Forma de prestação de serviço: mensal;
- Local: linhas para atendimento de toda rede escolar (municipal e estadual) no âmbito do município de São Mateus.
- Horário de prestação de serviço: todo dia letivo no horário de início e término das aulas.

6.2. Os veículos devem estar em bom de conservação, atendendo as resoluções do CONTRATANTE, bem como contendo disco tacógrafo.

6.3. A empresa **CONTRATADA** deverá ser credenciada no órgão fiscalizador - DETRAN.

6.4. A empresa **CONTRATADA** deverá atender as normas vigentes sobre o Transporte Escolar, Instrução de Serviço do DETRAN/ES nº. 026-N de 15/04/2005, para assim realizamos um serviço adequado e com qualidade aos nossos alunos, evitando assim qualquer problema com os órgãos fiscalizadores.

6.5. As despesas com combustível, motorista e manutenção do veículo são de responsabilidade da **CONTRATADA**, que devesse mantê-los em perfeito estado de uso e conservação, devidamente limpos e em pleno funcionamento.

6.6. Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- Ata da Reunião;
- Cópias autenticadas dos certificados de propriedade do(s) veículo(s);
- Relação do(s) veículo(s) que será(ão) utilizado(s) para execução do objeto deste contrato;
- Relação do(s) profissional(is) que irá(ão) executar os serviços contratados, bem como documentos pertinentes a sua capacitação, como: Cópia autenticada da Cédula de Identidade do(s) condutor(es); Cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação do(s) condutor(es), na categoria "D" ou "E"; Cópia autenticada do Comprovante de conclusão do Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transportes Escolares;

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DO PRAZO PARA INÍCIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Prazo para início dos serviços: imediatamente após emissão da Ordem de Serviços;



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA OITAVA

8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Compete a CONTRATADA:

- a) Utilizar pessoal técnico qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- b) Designar funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços;
- c) Registrar ocorrências havidas durante a vigência do presente contrato, de tudo dando ciência à **CONTRATANTE**, respondendo integralmente por sua omissão;
- d) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;
- e) Efetuar manutenções preventivas e corretivas, sempre que necessário, mantendo em perfeitas condições os pára-choques; faróis (alto/baixo); sinaleiras; luz de freios; luz de relê; pisca-pisca; pisca-alerta; luz interna; pneus (que deverão estar sempre em condições de rodagem); estepe; painel; maçaneta (externa/interna); limpador (pára-brisa); espelhos/retrovisores; lataria; pintura; extintor de incêndio; buzina; freio de mão; assoalho; teto; escapamento; triângulo; macaco; cintos de segurança; números; vidros; estofados; faixa amarela; lanternas; limitador de janelas; tacógrafos; Hodômetro e saídas de emergência;
- f) Prestar os serviços objeto deste contrato, em conformidade com os requisitos de **QUALIDADE, UTILIDADE E SEGURANÇA**, e as normas do Ministério do Trabalho, Código de Defesa do Consumidor, ABNT, Legislação de Trânsito e demais pertinentes em vigência;
- g) Obedecer aos horários, locais e trajetos determinados pelo município;
- h) Tratar os alunos com respeito e dedicação, sendo que, qualquer reclamação dos usuários do serviço a esse respeito, implicará em rescisão contratual, com aplicação das sanções cabíveis, após procedimento administrativo;
- i) Colocar a disposição do município outro veículo em perfeito estado de funcionamento e conservação, na ocorrência de alguma eventualidade com o veículo contratado, sem que haja qualquer custo adicional para o município;



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

- j) Cobrir eventuais danos, furtos, roubos, incêndios, avarias, em qualquer do(s) veículo(s) e seus acessórios, inclusive de terceiros, por dolo ou culpa da CONTRATADA, bem como, por falha ou defeito mecânico;
- k) Manter o veículo sempre limpo e em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre no interior do(s) veículo(s) em local visível o respectivo cartaz "A serviço da Prefeitura Municipal de São Mateus, ES";
- l) Não transportar elementos estranhos ao objeto deste contrato;
- m) Executar o objeto contratual de forma rigorosa, atendendo as ordens de serviço da Secretaria Municipal de Educação. Na ocorrência de casos fortuitos devidamente justificados e autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, a CONTRATADA fica isenta das multas estabelecidas pelo atraso, desde que solicite, por escrito, em até 01 (um) dia útil, posterior a ocorrência;

8.2. Compete a CONTRATANTE:

- a) Pagar a **CONTRATADA**, o preço estabelecido na Cláusula Terceira, nos termos deste Contrato;
- b) Definir o local para prestação dos serviços;
- c) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício.

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São Mateus poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;

- a) advertência – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória – a empresa **CONTRATADA** ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

pagamento a que fizer jus a **CONTRATADA**, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) multa compensatória - em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;

d) suspensão temporária - de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e) declaração de Inidoneidade - para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a **CONTRATADA** se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2. A PMSM aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

10.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.

10.5. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 12.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

10.6. Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS Estado do Espírito Santo

11. DA RESCISÃO

11.1. Constituem motivos para a rescisão contratual:

- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- c) Atraso injustificado no início dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na formas do § 1º do art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- h) Decretação de falência, recuperação judicial, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que, a Juízo do Município, prejudique a execução do Contrato;
- j) O valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) O descumprimento do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei 9.854/99.

11.2. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

11.3. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

11.4. Em caso de rescisão, a **CONTRATANTE** imitir-se-a na posse imediata e direta do objeto licitado.



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DOS RECURSOS

12.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 O presente contrato não poderá ser subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

14.1- A Fiscalização será exercida por preposto do **CONTRATANTE** encarregado de verificar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo presente Contrato, podendo, inclusive:

14.1.1 - Recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com este Contrato ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do **CONTRATANTE** ou de terceiros.

14.2 - Cabe à Fiscalização registrar no Relatório de Ocorrências (RDO) as irregularidades ou falhas que encontrar na execução dos serviços, nele anotando as observações ou notificações cabíveis, assinando-o em conjunto com o representante da **CONTRATADA**.

14.3 - A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

14.4 - Quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não importará em abuso de direito.

14.5 – A execução do objeto desta licitação será fiscalizada pelos seguintes servidores: FISCAL TITULAR: **CRISTIANO DE JESUS SILVA**, matrícula n.º 66.277, nomeado no cargo de Assessor de Controle de Transporte Setorial, pelo Decreto n.º 6.845 de 10 de junho de 2013; e FISCAL SUPLENTE: **CIBÉLIA SANTOS LYRIO LEONEL**, matrícula n.º 55.752, nomeada em concurso público no cargo de Professora, pelo Decreto n.º 889 de 15 de março de 1999, lotados na Secretaria requisitante, e dar-se-



MUNICIPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações.

14.6 – Apresentar mapa das linhas na primeira medição com a indicação dos alunos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com a obrigação assumida, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

15.2. Naquilo em que for omissis, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993.

15.3. A **CONTRATADA** deverá atender a todas as exigências da **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

São Mateus/ES, 13 de fevereiro de 2015.

MUNICIPIO DE SÃO MATEUS
CONTRATANTE

José Roberto Gonçalves de Abreu
Secretário Municipal de Educação

Aprijo
A L SENA TRANSPORTES E
LOCADORA LTDA ME
CONTRATADA

Aprijo Sena Neto
Sócio-Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF (MF): _____

Nome: _____

CPF (MF): _____

Aprijo



MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

ORDEM DE SERVIÇO

Estamos por meio do presente, autorizando a Empresa **A L SENA TRANSPORTES E LOCADORA LTDA ME** a iniciar os serviços, objeto deste contrato, em conformidade com os termos e condições estipulados neste **Contrato nº 025/2015**.

São Mateus/ES, 13 de fevereiro de 2015.


MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
CONTRATANTE

José Roberto Gonçalves de Abreu
Secretário Municipal de Educação


A L SENA TRANSPORTES E LOCADORA LTDA ME
CONTRATADA

Aprigio Sena Neto
Sócio-Administrador